

O Militante



BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Na estreita ligação com as massas e num audaz trabalho de organização está a melhor defesa do Partido

Analisando a situação interna do Partido na sua última reunião de Julho passado, o Comité Central concluiu pela necessidade urgente de se continuar a melhorar todo o trabalho conspirativo, de se cumprirem escrupulosamente as regras conspirativas estabelecidas, de se fazer reinar em todo o Partido, em primeiro lugar nos organismos mais responsáveis, uma verdadeira disciplina de ferro em matéria conspirativa. Ao mesmo tempo, o Comité Central definiu mais uma vez que a melhor defesa do Partido, dos militantes e organizações frente à repressão fascista, está na sua estreita ligação com as massas e num audaz trabalho de organização

e indicou, por outro lado, algumas orientações gerais com o objectivo preciso de levar as organizações e os militantes do Partido a virarem toda a sua actividade em direcção às massas, em particular em direcção à classe operária dos centros industriais.

Toda a experiência do Partido nos ensina e nos indica que é numa correcta e audaz estruturação da organização partidária e na sua estreita ligação com as massas que está a sua melhor defesa e o consequente desenvolvimento mais rápido do Partido e do movimento democrático revolucionário.

Defesa da actividade do Partido

Defesa do seu aparelho clandestino

Por isso, nada mais errado pensar-se que é apenas com um grupo restrito de militantes revolucionários ilegais dedicados e corajosos, embora, mas vivendo voltados para si mesmos, suspensos no ar sem o apoio da mãe terra que são as massas trabalhadoras, que melhor se assegura a realização e a defesa do trabalho partidário e se criam as condições para o desenvolvimento futuro da acção revolucionária do Partido contra a ditadura fascista, pela democracia, pelo socialismo.

O aparelho clandestino do Partido vive para o Partido e não o Partido para o aparelho clandestino. Se bem que o quadro de funcionários deva ser constituído pelos melhores quadros do Partido e, por isso mesmo, constituir o seu núcleo dirigente, a defesa do Partido não pode estar e não deve estar subordinada à defesa do

seu aparelho clandestino. Seguir um tal critério seria virar as coisas de pernas para o ar, seria relegar para lugar secundário o que é fundamental para o Partido, isto é, a estruturação da organização, o seu reforçamento e alargamento tanto em extensão como em profundidade e o enraizamento do Partido nas massas trabalhadoras, em particular na classe operária industrial. Seria, numa palavra, secar a fonte que alimenta o próprio corpo de funcionários do Partido.

É orientado-nos sempre em direcção às massas trabalhadoras que melhor garantimos a defesa da actividade revolucionária do Partido em favor dos interesses da classe operária e restantes trabalhadores, e, que melhor garantimos a defesa do seu aparelho clandestino. É claro como a água que se o aparelho clandestino do



Partido não tiver entre si e a base do Partido toda uma rede de organismos compostos por militantes legais mais ou menos prestigiados entre a classe, esse aparelho ficará sem raízes para se manter de pé à frente do Partido na luta irrecon-

ciliável contra a burguesia capitalista pela conquista da liberdade política, indispensável para a classe operária se poder organizar e unir livremente na luta pela democracia e o socialismo.

Por uma cuidadosa selecção e promoção de quadros

A defesa do Partido não pode também ser desligada de um cuidadoso e correcto recrutamento de novos membros do Partido e da promoção a operar para o corpo de funcionários. Hoje, mais do que nunca, a promoção para o corpo de funcionários do Partido deve ser cuidadosa, sem pressas, exigente em todos os aspectos.

Os revolucionários profissionais devem ser dirigentes de massas de facto e não apenas em palavras. Infelizmente, como constatou de forma crítica e auto-crítica o Comité Central na sua última reunião, têm chegado ao aparelho clandestino do Partido alguns palradores e escrevinhadores sem qualquer trabalho prático de massas ou participação directa nas lutas da classe operária e restantes trabalhadores a recomendá-los e outros com muito pouca experiência revolucionária que não poucos prejuízos têm causado ao Partido e ao consequente desenvolvimento da

luta contra a ditadura fascista.

Os funcionários do Partido devem ser recrutados entre os membros do Partido que mais se tenham destacado na organização, participação e orientação das lutas de massas, em particular da classe operária e que mais provas tenham dado de dedicação ao Partido e tenham revelado verdadeiro espírito de sacrifício.

Como tem salientado o Comité Central, devem vir ao quadro de funcionários aqueles militantes operários já provados nos variados combates contra o inimigo de classe e com uma conduta moral irrepreensível, capazes de enfrentar a dureza de uma longa clandestinidade (se necessário) e o inimigo, em caso de prisão. No quadro de funcionários devem estar os militantes que continuam a manter e desenvolver as qualidades que acabamos de apontar.

Medidas para o desenvolvimento do trabalho de organização

A organização partidária virada para as massas e enraizada nas massas é a via segura para se lutar com sucesso contra a ditadura fascista, pelas reivindicações imediatas e mediatas das massas trabalhadoras. Tanto o VI Congresso do Partido, como as últimas reuniões do Comité Central puseram em evidência a necessidade de se dedicar a maior atenção e esforços ao desenvolvimento do trabalho de organização operando-se sempre a sua estruturação de forma tal que cada uma das organizações do Partido assuma a responsabilidade efectiva pela direcção de todo o trabalho partidário no seu respectivo sector geográfico, incluindo, naturalmente, tudo o que se relaciona com a sua defesa.

Assim, na sua reunião de Julho passado,

«O Comité Central considerou necessário:

- a) accentuar medidas tendentes à descentralização orgânica, ao aumento da iniciativa, da responsabilidade e da capacidade de decisão dos organismos intermédios e de base, a par do reforço da centralização política, da unidade política em todo o Partido; b) concentrar os esforços principais no reforço da organização do proletariado industrial e rural; c) fazer um esforço sério e paciente de recrutamento e promoção voltado principalmente para os operários industriais e rurais que se destaquem nas lutas de massas...».

Organismos intermédios em vez de trabalho individualista

Os organismos intermédios do Partido (Comités Regionais, Locais, de Zona, etc.) em regra geral, devem ser constituídos por militantes legais que tenham vindo ao Partido através das lutas de massas e se tenham revelado dirigentes de massas na empresa, na localidade, no local de trabalho, na região. Estes organismos devem ser de facto organismos para dirigir, com iniciativa e decisão, capazes de assumirem a responsabilidade pela aplicação da linha e das decisões políticas dos organismos superiores do Partido em todos os domínios da acção revolucionária:

organização, desencadeamento no momento oportuno e direcção das lutas reivindicativas e políticas, recrutamento de novos membros para o Partido, estruturação da organização partidária, propaganda e agitação políticas, trabalho conspirativo — defesa dos militantes e organizações, trabalho nas associações de massas, em particular nos sindicatos nacionais, etc., tudo, bem entendido, nos seus respectivos sectores geográficos.

A constituição de organismos dirigentes intermédios, e até de base, tem esbarrado na prática

com resistência por parte de alguns funcionários, dos mais responsáveis aos menos responsáveis, e também de militantes legais, se bem que em palavras jamais se tenham manifestado quaisquer discordâncias contra a orientação do Partido neste terreno.

Debatendo mais uma vez o importante problema de organização, o Comité Central de Julho submeteu a uma crítica cerrada os defensores do trabalho individualista e salientou a necessidade urgente de se abrir debate em todo o Partido com o objectivo preciso de encontrar os caminhos mais justos e seguros para a estruturação da organização derrotando as resistências que ainda se lhe opõem na prática.

A crítica e o combate à tendência de que só o funcionário sabe, de que só nele se deve confiar, de que só ele é capaz de realizar, é justo dizê-lo, vêm de longa data. Há, porém, que reconhecer, que nem sempre têm sido orientados com a firmeza e decisão necessárias tanto a crítica como o combate a tal tendência.

Se no passado a luta para terminar com o que se tornou conhecido entre nós pelo «homem orquestra» era justa e necessária, hoje tal luta é cem vezes mais necessária e justa. Do seu desfecho rápido e vitorioso depende em boa medida o desenvolvimento orgânico do Partido e a segurança do seu trabalho revolucionário. Como

indicou o Comité Central, essa luta é uma tarefa de todos os militantes e deve ser levada até ao fim sem quaisquer desfalecimentos ou paragens.

O funcionário do Partido entrega toda a sua vida à luta revolucionária pela defesa dos interesses dos trabalhadores, pela democracia e o socialismo, sofre duramente durante anos e anos a ausência dos entes queridos, para ele não há espectáculos de qualquer espécie nem o convívio com os companheiros de trabalho ou os amigos do bairro ou da localidade, etc., etc.. Ao corpo de funcionários do Partido se deve em grande medida o desenvolvimento do Partido e da luta contra a ditadura fascista. Nada disto, porém, dá ao funcionário do Partido quaisquer atributos especiais, de que só ele sabe, de que só ele é capaz, de que só nele se deve confiar.

Como assinalou o Comité Central, o trabalho individualista, o «homem orquestra», é impeditivo do desenvolvimento das organizações do Partido, dos quadros de base e intermédios, do Partido no seu conjunto, assim como é impeditivo do desenvolvimento das lutas de massas da classe operária e restantes trabalhadores. O trabalho individualista é nefasto à segurança do Partido. Bater e destruir sem perda de tempo a tendência para o trabalho individualista é tarefa inadiável do conjunto do Partido.

Organizações bem estruturadas com vida política activa

Sempre que o trabalho de organização do Partido se orienta para uma justa estruturação, criação de organismos dirigentes intermédios compostos por militantes com vida legal, e de organismos de base enraizados nas massas trabalhadoras, as lutas destas desenvolvem-se melhor e são mais bem orientadas, aumenta o recrutamento de novos militantes, o Partido alarga a sua influência política, os funcionários do Partido, saídos no fundamental da classe operária, sentem-se mais confiantes e firmes, mais capazes de enfrentar todas as situações por mais difíceis que sejam.

A rica experiência do Partido, tanto no que tem de positivo como de negativo neste terreno, merece ser estudada criteriosamente com vista a tirarem-se dela materiais válidos para a luta pelo reforçamento e alargamento da organização

do Partido.

A ligação do Partido às massas é a melhor defesa do Partido contra a repressão. Organizações regionais, locais, de zona, células de empresa, etc., bem estruturadas e com vida política activa ligada às massas, levando com determinação à prática a linha do Partido definida pelo seu VI Congresso, cumprindo disciplinadamente as regras conspirativas indicadas pelo Comité Central e aquelas decididas pelos próprios organismos intermédios e de base, realizando uma justa compartimentação orgânica, respeitando escrupulosamente a disciplina partidária, são organizações aptas a realizarem um trabalho revolucionário de massas pela defesa dos interesses dos trabalhadores, das massas populares e do País e a defenderem-se vitoriosamente da repressão fascista.

Liguemos o Partido às massas. Combatamos intransigentemente o trabalho individualista. Reforcemos e alarguemos audaciosamente a organização do Partido.

A DISCIPLINA DO PARTIDO DO PROLETARIADO

○ que cimeta a disciplina do Partido revolucionário do proletariado? O que a determina? O que a reforça? Em primeiro lugar é a consciência da vanguarda proletária, a sua dedicação à revolução, a sua firmeza, o seu espírito de sacrifício e o seu heroísmo. Segundo,

a sua capacidade para se ligar, para se aproximar e, se quereis, para fundir-se, até certo ponto, com as mais largas massas trabalhadoras, em primeiro lugar com a massa proletária, mas também com a massa dos trabalhadores não proletários.

(Lénine: «A Doença Infantil»)



Tarefa inadiável a organização e desenvolvimento das lutas de massas

Na sequência da linha política aprovada pelo VI Congresso, a reunião de Julho do Comité Central trouxe de novo a primeiro plano, como tarefa urgente e fundamental, a organização e intensificação das lutas de massas,—factor determinante da batalha geral contra o fascismo,— analisou as deficiências que se manifestam neste domínio e as perspectivas que se abrem à luta dos trabalhadores pelas suas reivindicações.

«Na actual fase da luta anti-fascista—afirma o Comunicado do Comité Central—**as lutas reivindicativas, económicas ou outras, são de primordial importância, não só para a defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores, como também para reforçar a sua organização e para abrir caminho a um ascenso geral da luta política contra o fascismo**».

Intensifica-se a exploração da classe operária

Nas actuais condições da situação nacional, quando se acentua a crise do regime e crescem factores novos da luta de classes, impõe-se um conhecimento preciso e objectivo das condições concretas das massas trabalhadoras, sem o qual se corre o risco de colocar as organizações e os militantes do Partido a reboque dos acontecimentos, quer aplicando formas ultrapassadas de luta quer colocando palavras de ordem inadequadas à situação.

Nas empresas industriais, nos bancos, nas grandes firmas comerciais ligadas aos monopólios, são introduzidas formas «científicas de trabalho», destinadas ao aumento da produtividade a troco de prémios pretensamente compensadores, que levam ao esgotamento físico dos operários e empregados ao mesmo tempo que procuram ludibriá-los atraindo o seu interesse para um acréscimo do rendimento. O aumento da produtividade permite aos capitalistas uma maior acumulação de lucros, pelo aumento do trabalho suplementar, que cria a mais valia, e pela redução do tempo destinado ao pagamento de salário. O aumento da produtividade favorece o alargamento de interesses dos potentados da banca e da indústria a novas empresas, a novos sectores da economia nacional, conduz à concentração capitalista, ao crescente poder dos monopólios.

Na indústria têxtil, metalurgia, produtos químicos, indústria do vidro, montagem de automóveis, construções navais e outros ramos, os novos ritmos de produção são determinados, em

muitos casos, por um corpo de técnicos especializados, que estabelecem as novas tabelas do rendimento diário de trabalho e submetem a multas e castigos os operários que as não atingem.

Mercê da intensificação dos ritmos de trabalho e da renovação dos processos técnicos, a produtividade registou um aumento de 48 por cento nos últimos cinco anos.

Paralelamente à introdução de novas formas de exploração dos trabalhadores e intensificação destas, os monopólios e o governo fascista criaram os chamados «centros de formação profissional», destinados a fornecer, em larga escala, à grande indústria, quadros operários capacitados que aumentem a produtividade do trabalho e dominem as novas técnicas da produção capitalista.

Graves dificuldades se anunciam já na indústria têxtil, provocando o encerramento de empresas, a redução da jornada semanal e medidas de concentração industrial, destinadas a favorecer o poder dos monopólios.

Na metalurgia, indústria de calçado, produtos metálicos, coriça, produtos químicos, material de transportes manifestam-se sintomas de retracção da produção ou factores de estagnação, que começam a reflectir-se nas condições de vida da classe operária e podem transformar-se, ligados a outros factores económicos resultantes da submissão ao imperialismo, em fenómenos de crise aguda.

Sucessos e debilidades das lutas de massas

Os novos aspectos da exploração capitalista e da situação nacional requerem um conhecimento particular e sistemático por parte dos militantes do Partido, nos principais ramos da indústria e nas principais empresas, com o objectivo de determinar as suas consequências sobre as

condições de vida e de trabalho da classe operária, sobre o desenvolvimento das lutas de massas, sobre as formas de mobilização e de direcção dessas lutas.

Em face da intensificação da exploração capitalista, do aumento da produtividade, do inces-

sante desnível entre os salários e o custo de vida, em face das consequências da guerra colonial e da política de enfeudamento ao imperialismo estrangeiro, vemos intensificarem-se as lutas de massas pelas suas reivindicações imediatas e em particular por aumento de salários.

Na C.U.F., o recente aumento de salários foi a expressão de uma luta colectiva, conduzida, é certo, com evidentes debilidades, mas que visou um duplo objectivo: a conquista de uma reivindicação fundamental — o aumento de salários — e o combate às manobras do patronato, que pretendia substituir o justo pedido dos trabalhadores pela intensificação da produtividade, pelo subsídio do «mérito», essa escandalosa forma de exploração introduzida nas fábricas da C.U.F..

Na empresa de construções navais, a LISNAVE, a luta dos trabalhadores tem oposto uma resistência, por vezes descoordenada, às várias formas de exploração impostas pelo patronato e elaboradas pelo seu gabinete de especialistas dos métodos «científicos de trabalho». À aplicação do trabalho à «ficha», à introdução de novas normas de produção, à tentativa para reduzir a meia hora o tempo da refeição do almoço, à acção concertada dos capitalistas, os operários da LISNAVE têm contraposto a luta por aumento de salários, embora uma tal luta se não tenha desenvolvido de uma forma sistemática e com um amplo carácter colectivo, assinalado por um firme propósito de vencer.

A luta por aumento de salários constitui o centro das batalhas da classe operária e das massas trabalhadoras pela conquista das suas reivindicações. Quatro mil trabalhadores da Carris de Lisboa repetiram as concentrações massivas diante da administração da empresa, em Santo Amaro, requerendo um aumento de 10\$00.

Lutam por aumento de salários e ordenados, os bancários de Lisboa, Porto e Coimbra, os operários do Arsenal do Alfeite, empresa Olho de Boi (Cacilhas), C.I.P. (Póvoa de Santa Iria), Companhia Colonial de Navegação (Lisboa), Sociedade Industrial Consul, Sociedade Industrial Aliança (Cova da Piedade), CORAME (Santa Iria da Azóia), Trefilaria de Sacavém, portuários de Lisboa, trabalhadores da imprensa, corticeiros da Margem Sul do Tejo, caixeiros e empregados de escritório e outros trabalhadores.

Estas lutas desenvolvem-se em campos diferentes e utilizam formas diversas de acção, que vão desde as concentrações massivas junto da gerência e do sindicato, aos abaixo-assinados, à actividade de comissões de unidade apoiadas pelos trabalhadores ou às diligências de grupos de operários junto de encarregados e patrões.

Verifica-se, na condução de várias lutas reivindicativas, um recrudescimento das posições de firmeza, de unidade e de solidariedade por parte dos trabalhadores, em face dos actos arbi-

trários do patronato.

Na fábrica da Pólvora de Moscavide, os operários de uma secção paralisaram o trabalho em sinal de protesto contra o despedimento de um companheiro e forçaram a administração a readmiti-lo. Facto semelhante se desenrolou na fábrica Dyrup, de Sacavém. O operário que havia sido expulso foi reintegrado nas suas funções, mercê da total paralisação levada a cabo pelos seus companheiros de trabalho. Na Companhia Providente, em Alverca, o abandono do refeitório pelo pessoal, ante a comida intragável que lhe era fornecida, levou a gerência a garantir que de futuro tal facto se não voltaria a repetir e obrigou-a a melhorar a qualidade das refeições.

As lutas reivindicativas a que aludimos e outras que se processaram no decorrer deste ano, revelam no entanto debilidades e deficiências que a reunião de Julho do Comité Central submeteu a uma análise crítica.

A várias dessas lutas faltam continuidade e firmeza e daí deriva um enfraquecimento na mobilização dos trabalhadores, que vem a reflectir-se no reduzido nível do aumento de salários e noutros resultados da acção.

Outras lutas carecem de organismos de direcção — comissões de unidade e comissões sindicais — que orientem, mobilizem e organizem os trabalhadores na conquista das suas reivindicações.

A ausência ou debilidades destes organismos não permitem coordenar a luta entre empresas do mesmo ramo de produção, embora se localizem numa área limitada, como sucede, por exemplo, com a luta dos corticeiros pelo aumento de salários, pagamento dos feriados oficiais, sem recompensa de horas extraordinárias e outras aspirações.

A mobilização e organização das lutas de massas revelam ainda, tal como assinala o Comunicado da reunião de Julho do Comité Central, «um certo seguidismo e culto da espontaneidade, a falta de espírito crítico, o deficiente conhecimento e estudo das experiências passadas, a falta de atenção para as novas experiências, a tendência burocrática e rotineira para tomar conhecimento das lutas em vez de intervir de forma operativa e dinamizadora».

Iniciaram-se lutas reivindicativas que se detiveram no seu início ou a meio caminho por carência de uma direcção acertada, embora se registassem condições propícias ao seu desenvolvimento.

Não basta conhecer os problemas mais candentes dos trabalhadores. É indispensável transformá-los em factores de luta vencendo as deficiências que se manifestam na actividade do Partido, sabendo tomar medidas eficientes e rápidas que assegurem uma direcção acertada às lutas de massas e preparem novas e mais decisivas batalhas contra a exploração capitalista e o fascismo.



Mobilizar, organizar e orientar os trabalhadores

«Na fase actual da luta anti-fascista as lutas reivindicativas, económicas e outras — afirma o Comunicado do Comité Central — são de primordial importância, não só para a defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores, como também para reforçar a sua organização e para abrir caminho a um ascenso geral da luta política contra o fascismo».

Em cada dia crescem os factores de descontentamento entre a classe operária, levédam motivos para novas lutas. Os comunistas, os trabalhadores de vanguarda, necessitam de canalizar no melhor sentido esses factores de descontentamento, através de um persistente esforço de organização que leve aos trabalhadores a direcção do Partido, realize entre eles uma actividade de agitação e de propaganda, um trabalho político sistemático, a fim de organizar e impulsionar as lutas de massas.

É necessário que os comunistas, nas condições impostas pelo fascismo, no meio de perigos e dificuldades, saibam mobilizar e orientar os trabalhadores pela defesa dos seus interesses, tomando audaciosamente a direcção das suas lutas, encontrando as medidas orgánicas capazes de esti-

mulá-las, destacando quadros, estabelecendo contactos, criando os organismos dirigentes — comissões de unidade e comissões sindicais —, fazendo avançar as lutas para novas etapas, sabendo elevar a combatividade, unidade, consciência de classe dos trabalhadores, de modo que a iniciativa se mantenha nas suas mãos e não sejam vítimas de manobras do patronato e dos seus agentes, não se detenham em face da repressão mas resistam corajosamente a esta, radicando a sua disposição de luta e consciência de classe, que lhes permita defrontar a dureza do combate contra a exploração capitalista e o fascismo, até ao momento da sua destruição.

Tal como assinalou o Relatório Político do Comité Central ao VI Congresso do Partido Comunista Português «o grosso das nossas energias deve concentrar-se na mobilização das massas para a luta por objectivos concretos imediatos e isso impõe-nos a necessidade de determinar quais são os objectivos capazes de mobilizá-las, quais são os organismos mais apropriados para dirigi-las, quais são as formas de acção mais eficientes num momento dado».

DO ESPÍRITO DO CONCÍLIO À VIAGEM DO PAPA A FÁTIMA

A unidade com os católicos é um dos aspectos da política de unidade preconizada pelo Partido Comunista Português para o derrubamento da ditadura fascista e a instauração de um regime democrático em Portugal.

Perante a nova orientação da Igreja, sintetizada nas decisões do Concílio Vaticano II, o diálogo franco e aberto com os católicos anti-fascistas, que os comunistas sempre defenderam, abriu novas perspectivas para mais amplas acções de combate pelas liberdades democráticas e a paz, contra a repressão e a guerra.

A hostilidade com que o governo de Salazar e o alto clero fascista responderam aos aspectos renovadores da evolução da Igreja a partir do Papa João XXIII — facto que já levantara a indignação e os protestos de muitos católicos honestos no nosso país — também não podia deixar de ocasionar certas divergências entre o governo fascista e o Vaticano. O governo do «católico» Salazar, por intermédio do «católico» ministro dos Negócios Estrangeiros, criticou ostensivamente as visitas do Papa a Bombaim e às Nações Unidas por considerá-las opostas à sua política colonialista e reaccionária. Pelo mesmo motivo,

as últimas encíclicas e alocuções papais, só depois de cuidadosamente censuradas e mutiladas em algumas passagens, têm podido ser divulgadas em Portugal. O governo de Salazar responde com a repressão policial, perseguições e prisões de católicos e sacerdotes que não se conformam com a política colonialista e o regime de terror reinante na nossa Pátria e procuram levar à prática a nova orientação definida pelo Concílio.

Tais factos eram por demais conhecidos pelo Papa e não foram decerto estranhos à resistência, pelo menos aparente, oferecida pelo Vaticano à vinda de Paulo VI a Portugal. E como a opinião pública mundial estava atenta, o receio de desaprovação geral e de desprestígio levou a corte pontifícia a nomear apenas um delegado do Papa para assistir às comemorações de Fátima. Todavia, sob as pressões constantes do alto clero fascista português, esta decisão modificou-se à última hora. Novos desígnios ultrapassaram as divergências. Paulo VI decidiu vir a Fátima, em viagem particular, segundo dizia, como simples «peregrino» da paz.

Posta imediatamente em frenética actividade, a máquina de propaganda salazarista tirou todas

as vantagens políticas desta visita. Fazendo passar Portugal pelo mais cristão dos países cristãos, não era a «Nação Fidelíssima», mas o governo fascista que se fazia passar por «filho dilecto» da Igreja. E a «magnanimidade» do regi-

me foi mais uma vez posta à prova numa «ampla amálgama» de que, como sempre, não beneficiariam os presos políticos, mas que não deixaria de atordoar os ouvidos dos menos esclarecidos, tanto no nosso país como no estrangeiro.

Objectivos políticos da viagem do Papa a Fátima

Os propósitos propagandísticos da camarilha governante foram sobretudo favorecidos pela recepção oficial a que o Papa se prestou no aeroporto de Monte Real e pela audiência particular concedida por Paulo VI nos seus aposentos em Fátima, ao ditador fascista, Salazar, e às mais altas individualidades políticas e militares do regime, com o presidente da República à frente.

Com perplexidade e desilusão, os católicos progressistas já não podiam ver em Paulo VI o «peregrino» da paz que tão facilmente atraíam a suas próprias palavras, oficializando a sua visita a Portugal. E a própria homília de Paulo VI em Fátima também constituiu motivo de amarga decepção não só para os católicos como para todos os partidários da paz no nosso país e no mundo. Esquecendo o Vietnam e o seu povo mártir, esquecendo as três guerras coloniais que Salazar e a sua camarilha conduzem criminosamente em Angola, Moçambique e Guiné, o Papa limitou-se a falar em paz e guerra em termos abstractos. Não foram, porém, esquecidas as acintosas alusões aos países socialistas onde, a acreditar nas palavras de Paulo VI, «a liberdade religiosa está praticamente suprimida». Além de não ser verdadeira esta afirmação, e para o provar basta citar o exemplo da Checoslováquia socialista onde existe um Partido Popular Católico e é um padre que exerce as

funções de ministro da Saúde, dir-se-ia que o Papa esquecera que se encontrava num país onde a liberdade religiosa só existe para apoiar o fascismo. É também surpreendente que, em Portugal, país onde são espezinhadas as mais elementares liberdades do homem, viesse o Papa falar na falta de «verdadeira liberdade civil» em países que conquistaram a liberdade pela sua luta, liquidaram a exploração e a miséria e marcham na vanguarda da humanidade para o socialismo e o comunismo, pelas vias do progresso e da cooperação pacífica.

Paulo VI pretendeu ignorar em absoluto os presos políticos e a violenta repressão fascista que há longos anos tem violado diariamente os princípios da «verdadeira liberdade civil» em Portugal. E a sua brusca mudança de atitude ofendeu a dignidade, o direito à liberdade e os sentimentos humanitários do povo português ao condecorar autoridades fascistas, nomeadamente o director da criminosa PIDE, caucionando assim o principal instrumento da repressão salazarista.

Depois disto, só com uma força moral fortemente abalada poderá Paulo VI voltar a falar da necessidade de «promover um humanismo total», como o fez na encíclica «Progresso dos Povos», dirigindo-se aos fiéis e a todos os homens de boa vontade do mundo inteiro.

Inconsequente posição do Papa sobre a guerra colonial

Num país colonialista, que conduz três bárbaras guerras contra o direito dos povos à independência e à liberdade, o mesmo Papa que dera à palavra «Desenvolvimento» o sinónimo de «Paz» ao denunciar o colonialismo na encíclica «Progresso dos Povos», adopta prontamente a linguagem salazarista e chama «províncias ultramarinas» às colónias portuguesas, cujo Desenvolvimento jamais terá lugar sob o jugo colonial de Salazar. E, no entanto, fora ainda o mesmo Paulo VI que, apenas 15 dias depois de ocupar o trono pontifício proclamara: «Saúdamo o despertar da África para a maturidade civil e consequentemente para a liberdade, independência e progresso». Em Portugal, porém, com o seu silêncio sobre as guerras de genocídio conduzidas pelo governo fascista em África e com uma oferta de 170.000 dólares para as missões católicas nas colónias portuguesas, Paulo

VI colaborou directamente com a política colonialista de Salazar que tenta impedir a todo o custo aquele mesmo despertar para a liberdade nas colónias que oprime. Esta política nem sequer tem poupado eclesiásticos como o Papa certamente não ignorava, pois é do domínio público que vários padres angolanos, que olhavam com simpatia o movimento nacional libertador, vieram desterrados para Portugal e aqui se acham sob estreita vigilância, em regime de residência obrigatória.

Não. Não se luta pelo Desenvolvimento e pela Paz com a incoerência de tais atitudes. É esta contradição flagrante entre as palavras e os actos por parte da autoridade suprema da Igreja não é apenas evidente para os comunistas. É-o também para todo o católico honesto, para todo o homem de boa vontade. Os numerosos comentários da imprensa mundial e de destacadas in-



dividualidades católicas a tal respeito foram dis- falou-se, com razão, no «culto da Nossa Senhora testemunho. Num jornal católico português, ra da Guerra Fria».

Por laços cada vez mais fortes e estreitos entre comunistas e católicos

Durante os dois milénios da sua existência, ao lado das classes dominantes, a Igreja católica abençoou todas as formas de opressão de classe: escravatura, servidão, capitalismo. A profunda influência das ideias do comunismo, do progresso e da paz sobre as amplas massas populares e laboriosas, incluindo as que crêem em Deus, levaram a Igreja a reformar a sua doutrina, tanto no campo teológico como social.

Perante o processo de transformação real da sociedade humana na época que atravessamos, marcada pela construção do comunismo na União Soviética e o desenvolvimento do sistema socialista à escala mundial, pelos movimentos de libertação nacional e pelo desenvolvimento impetuoso das ciências e das técnicas, a Igreja não podia permanecer impassível sob pena de ver rapidamente restringir-se o seu campo de influência. Estas são as causas fundamentais da actual evolução da Igreja, dos aspectos positivos da sua nova orientação. Porém, apesar de pressionados pela marcha irresistível da humanidade progressiva, os sectores reaccionários e dirigentes da Igreja continuam a santificar a ordem estabelecida pelo mundo capitalista. Vemos assim com que facilidade, nas ocasiões decisivas, estes sectores reaccionários e dirigentes renunciam a pôr em prática posições progressivas e aspectos renovadores da doutrina do Concílio Vaticano II.

Foi o que aconteceu em Fátima. É o que verificamos no momento presente, na sua obstinação de não condenar abertamente os crimes do imperialismo, nomeadamente o americano no Vietnam, as guerras em África e noutras partes do mundo, confundindo deliberadamente agressores e agredidos, sem ousar defender as causas justas.

Os católicos anti-fascistas, que se opõem resolutamente à interpretação reaccionária que o alto clero português pretende dar da nova orientação saída do Concílio Vaticano II constataram, desapontados, que a atitude contraditória do Papa, em Portugal, nem de longe respondeu às suas justas exigências de coerência e autenticidade na luta pela Paz, pela Liberdade e Progresso dos povos.

Apesar dos esforços renovadores no seio da Igreja, ditados pela acção de largas massas de crentes que aspiram a um mundo de Justiça Social, de Paz e de Progresso, de que o Concílio Vaticano II fez eco, os círculos reaccionários e dirigentes da Igreja pretendem conservar o catolicismo ao serviço das classes opressoras, eternizando o antagonismo existente entre o dogma

e a vida, prometendo para o além a felicidade das classes oprimidas que pode e deve ser conquistada na terra. O marxismo-leninismo, teoria da luta de classes e da revolução socialista é inseparável da vida, pois é neste mundo que é necessário libertar o proletariado e todas as classes e povos oprimidos. Por isso, muitos católicos progressistas, sem renunciarem às suas crenças religiosas, têm visto no marxismo-leninismo um auxiliar indispensável e não é raro tornarem-se simpatizantes e mesmo valorosos militantes do Partido Comunista. Recordemos, como exemplo, a carta de um católico, dirigida ao Comité Central do nosso Partido, publicada no «O Militante» de Outubro do ano findo.

Se o Programa do Partido Comunista Português para o derrubamento do fascismo em Portugal também é aceite, totalmente ou em parte, por muitos católicos e anti-fascistas consequentes, isso deve-se sem dúvida à justeza da sua linha política, à força galvanizadora dos ideais do marxismo-leninismo, numa época em que um terço da humanidade concretiza tais ideais nos países socialistas.

Entre as medidas fundamentais para a instauração das liberdades democráticas em Portugal, o Partido Comunista Português preconiza: «Liberdade de consciência e de divulgação de crenças e de ideias para os crentes e não crentes. Garantia da prática do culto. Separação do Estado e da Igreja».

Entre as tarefas definidas pelo VI Congresso para a conquista da democracia, o relatório do Comité Central acentua a importância da Unidade com os católicos: «Não temos dúvidas de que na fraternidade de sofrimento e da luta, os laços dos comunistas e católicos serão cada vez mais fortes e estreitos».

No nosso país, muitos católicos progressistas, particularmente trabalhadores, têm participado lado a lado com os comunistas em numerosas acções pela defesa dos interesses das classes trabalhadoras, dos estudantes, dos intelectuais, pela democracia, demonstrando coragem e decisão na luta contra o inimigo comum: o fascismo salazarista.

Ombro com ombro com os trabalhadores católicos, intelectuais e estudantes católicos, sem confundir a sua fé com as posições reaccionárias dos círculos dirigentes da Igreja a que pertencem, distinguindo o alto clero fascista da massa dos católicos progressistas, os comunistas portugueses multiplicarão os seus esforços para tornar cada vez mais sólida e mais larga esta unidade activa, na luta diária contra a repressão, pela liberdade, pela cultura, pela paz.

A luta das mulheres trabalhadoras contra a exploração capitalista pela conquista das suas reivindicações

As concentrações, paralisações e greves das operárias conserveiras das fábricas **União Conserveira do Algarve**, **Feu & Hermanos de Portimão**, de uma fábrica de **Matosinhos**, das operárias de produtos químicos da **C.I.P. (Santa Iria da Azóia)**, das operárias de confecções **FEX (Alhos Vedros)**, a participação das mulheres nas concentrações dos trabalhadores da **Carris de Lisboa**, comprovam a disposição de luta das mulheres trabalhadoras, que não querem aceitar de braços cruzados a exploração capitalista e confirmam a necessidade de intensificar a actividade do Partido neste sector, com o objectivo de reforçar a sua organização, de alargar e orientar as lutas de massas, de chamar às fileiras do Partido as operárias que se destacam nas acções reivindicativas como combatentes de vanguarda.

Na reunião de Julho o «Comitê Central sublinha que depende em parte decisiva da justa orientação e da força organizada do Partido, assim como da actuação dos seus quadros, a amplitude e a justa condução das lutas das classes trabalhadoras».

Concentrações, paralisações e greves das operárias conserveiras

Na indústria de conservas não há, na prática, horário de trabalho. Começa-se a labuta a qualquer hora, quando a sirene apita, larga-se pela noite alta, que em muitos casos vai até às duas horas da manhã. Não são respeitados os horários para as refeições. Em várias empresas as operárias estão até às três horas da tarde sem comer, praticando ritmos de trabalho que lhes provocam desmaios e esgotamentos.

Nas fábricas de conservas de **Portimão** as operárias que iniciam o trabalho às 8,15 da manhã só passam a ganhar a partir das 8,30. Se largam o trabalho às 17,45 recebem o salário como se tivessem terminado às 17,30. Esse salário é de 3\$60 a hora, o que perfaz um total de 28\$00 nas oito horas.

Na **União Conserveira do Algarve** esta situação é acrescida do prolongamento da jornada de trabalho, que chega a 12, 14 e mais horas por dia, continuando-se pela noite fora, até de madrugada.

A exploração que domina nesta empresa conduziu as 400 operárias à luta. Elas paralisaram o trabalho por duas vezes, recusando-se a continuar a faina na fábrica depois das 23 horas, defrontaram com valentia as intimidações do patrão, que as ameaçou com a PIDE, abandonaram a fábrica e dirigiram-se para os portões, que haviam sido fechados, até às três da madrugada não retomaram o trabalho. A terceira paralisação surgiu como forma de protesto contra a continuação da labuta depois das duas horas da madrugada. Desde então, as operárias não

voltaram a trabalhar depois daquela hora.

Na fábrica **Feu & Hermanos de Portimão**, aos protestos iniciais e à concentração massiva das 300 operárias junto do escritório da empresa para reclamarem a admissão imediata de um companheiro despedido, seguiu-se uma greve de 7 dias, que se saldou por uma vitória total: o operário foi readmitido mercê da corajosa luta, que teve a caracterizá-la, para além da unidade e firmeza das trabalhadoras, um espírito de organização que convém salientar. Piquetes de operárias estacionaram à porta da empresa, evitando que pudesse haver qualquer rotura na sua luta, ao mesmo tempo que desenvolviam uma acção de esclarecimento, destinada a manter até ao fim a coesão e a combatividade de todo o pessoal.

Posteriormente, as operárias da **Feu & Hermanos** voltaram à luta contra o regime de empreitada. Concentrando-se em grupos numerosos e repetidas vezes, no sindicato, reclamaram que fosse posto fim a este esgotante regime. Em consequência da sua luta a reivindicação foi atendida.

Entretanto assinalemos algumas deficiências manifestadas no decurso da luta das operárias da **União Conserveira do Algarve**. As três paralisações testemunharam o valor da unidade, da coragem e da combatividade das conserveiras, mas o resultado dessa luta teria sido maior se à decisão inicial de abandonar o trabalho se tivesse seguido a do abandono da empresa, forçando a abertura dos portões, cuja chave es-

tava em poder do porteiro, acompanhando uma tal atitude da exigência, a formular junto do patrão, de que o trabalho nocturno devia terminar a uma hora conveniente, de acordo com os interesses das conserveiras. Aceitar como limite as duas horas da madrugada, é dar ao patronato explorador condições precisas para que ele se aproveite do trabalho das operárias a horas inadmissíveis. A recusa em regressar à fábrica, antes que fossem satisfeitas as reivindicações das conserveiras, teria forçado os industriais da

União Conserveira a não prolongar o trabalho pela noite alta.

A acção das operárias conserveiras demonstra com toda a evidência que a greve é um instrumento decisivo da luta. Aplicaram-na vitoriosamente as operárias da Feu. Utilizaram-na com sucesso as operárias de uma fábrica de conservas de Matosinhos. Durante sete dias mantiveram-se em greve, até ao momento em que viram satisfeita a sua reivindicação de obtenção de férias para todas as operárias da empresa.

Corajosas lutas das mulheres trabalhadoras

Na fábrica de confecções FEX (Alhos Vedros) onde trabalham cerca de mil mulheres, uma poderosa concentração de todo o pessoal diante do escritório da empresa forçou os industriais dos Estados Unidos a pagarem no dia seguinte os salários em atraso. As forças da GNR que compareceram rapidamente na empresa não quebraram o ímpeto da luta e a unidade das operárias.

A luta das trabalhadoras da Fex teve ainda a caracterizá-la o facto de ser dirigida contra os exploradores americanos, que criaram nesta empresa revoltantes condições de trabalho que se reflectem nas precárias condições de saúde de uma boa parte do pessoal, forçado a ritmos esgotantes de produção.

Na CIP, onde a gerência recusou um aumento de 10\$00, requerido pelas mulheres, a produção baixou de 3.000 sacas por dia para 1.300. Ante a descida do rendimento a gerência pro-

pôs-se a aumentar os 10\$00, descontando destes, 3\$00 para a Caixa de Previdência, a troco de um ritmo de produção que se mantivesse na média de 2.500 sacas. Se esta média baixasse, o salário desceria para 32\$00 e as operárias seriam forçadas a descontar desta importância os 3\$00 para a Caixa de Previdência. As operárias recusaram a proposta e entraram em greve.

Ombro a ombro com os seus companheiros, lutaram as mulheres dos operários da Carris de Lisboa, participando nas concentrações que tiveram lugar em Santo Amaro e no Arco do Cego. Este facto, novo na luta dos trabalhadores da Carris, demonstra a que ponto se eleva a combatividade das mulheres, a consciência da necessidade de uma luta comum nas empresas, nos campos, nos locais de trabalho, pela conquista de melhores salários, contra o aumento do custo de vida, pela satisfação das suas mais prementes necessidades.

Pelo reforço do trabalho do Partido entre as mulheres pela organização e intensificação das suas lutas

Os exemplos apontados são comprovativos da capacidade de luta das mulheres trabalhadoras, da revolta que lavra entre elas, da energia revolucionária que cresce na consciência de milhares e milhares de operárias que trabalham na indústria têxtil, nas conservas, na indústria da cortiça, do vidro, das carnes, do concentrado de tomate, na indústria de confeitaria, de confecções, que labutam nos campos, que são exploradas e oprimidas.

Entretanto assinalam-se sérias deficiências no trabalho do Partido entre as mulheres. O recrutamento é a organização de mulheres, em particular de mulheres trabalhadoras, é relegado para um plano secundário, quando não é totalmente ignorado, embora as mulheres labutem ao lado dos homens nos ramos fundamentais da indústria e constituam um número importante na indústria das conservas de peixe, onde trabalham 17.000 mulheres, enquanto o número de homens não vai além de 3.016; na indústria têxtil algodoeira, onde, para uma população operária de 60.797 pessoas se contam 26.225 mulheres; na indústria de vestuário e calçado, onde, para uma população de 87.086 pessoas, existem 48.768

mulheres; na cortiça, onde para uma população operária totalizando 16.923 pessoas, se registam 6.203 mulheres. Na indústria de papel, o número total de trabalhadores eleva-se a 6.181, entre os quais se contam 1.957 mulheres. Na indústria da borracha o número de mulheres é de 1.476, numa população operária de 3.180 pessoas. Na indústria de plásticos com um total de 4.200 trabalhadores existem 1.950 mulheres. Na indústria de cerâmica o número de operários sobe a 7.143, dos quais 2.331 são mulheres.

Não se assinala um esforço conveniente, da parte de organismos e militantes do Partido, para assegurar uma direcção eficaz às lutas reivindicativas das mulheres trabalhadoras, algumas das quais se debatem com grandes dificuldades. É o caso das operárias das conservas, por exemplo. São múltiplos os problemas das mulheres trabalhadoras e deles é necessário ter um conhecimento preciso por sector industrial e por empresa.

Mesmo que não se repetissem os exemplos de combatividade, de capacidade de organização e de luta das mulheres trabalhadoras, impunha-se desenvolver uma actividade coordenada e persistente para trazer à luta e às fileiras do Partido, em escala crescente, a mulheres que trabalham nas fábricas e nos campos, sofrendo as consequências de uma exploração mais desumana, mais brutal e mais vexatória do que aquela que atinge os próprios trabalhadores.

por **A. Ramos** | **O papel dos sindicatos soviéticos na edificação da sociedade socialista**

A vitória da Revolução de Outubro e a instauração da ditadura do proletariado foram acompanhadas de profundas transformações na situação da classe operária e dos povos de diferentes nacionalidades que constituem a União Soviética.

Triunfante a revolução, novas e complexas tarefas se colocaram ao Partido Comunista e ao proletariado: era necessário edificar e consolidar o Estado soviético; reorganizar a sociedade sobre bases socialistas; organizar a defesa do país contra o cerco capitalista e consolidar as ligações com os proletários dos outros países.

Tarefas grandiosas a realizar, se tivermos presente que a Rússia era um país atrasado, onde dominava o campesinato; que a guerra imperialista e a intervenção estrangeira a tinham arruinado; que o proletariado não tinha quadros em quantidade para administrar o Estado e a economia; que os latifundiários e os capitalistas vencidos, não só opunham uma resistência feroz à ditadura do proletariado como a sua base económica subsistia através da pequena produção, particularmente, e que o capitalismo internacional, com o qual eles mantinham estreitos laços, os apoiavam.

Mas apesar da sua grandiosidade e complexidade, as dificuldades foram ultrapassadas e as tarefas cumpridas. Para isso muito contribuíram os sindicatos soviéticos.

Desde a primeira hora que Lênine dedicou particular atenção ao papel e à importância dos sindicatos na edificação do socialismo. «Sem a mais estreita ligação com os sindicatos, sem o seu enérgico apoio, sem o seu trabalho abnegado, não somente na construção económica mas também na organização militar, é evidente que não teríamos podido governar o País e realizar a ditadura, não digo dois anos e meio, mas dois meses e meio.» (A Doença Infantil do Comunismo, edição portuguesa). Mas para que eles ocupassem o lugar que lhes competia na construção do socialismo era imprescindível transformá-los, pois com o triunfo da revolução as suas tarefas passavam a ser outras. Até à tomada do poder pelo proletariado estas consistiam em organizar e orientar as lutas do proletariado contra a exploração capitalista. Mas derrubado este como classe, os sindicatos eram chamados a desempenhar um importante papel na sociedade soviética.

Contudo, nem todos compreendiam bem as transformações que era fundamental introduzir-lhes e qual o lugar que eles deviam ocupar na construção do socialismo.

As transformações a operar tornavam-se tanto mais difíceis quanto a Rússia atravessava uma profunda crise política, logo após a tomada do poder pelo proletariado, mais concretamente, nos anos de 1919/20. «... Nós estamos perante uma grande—eu penso a maior crise política da Rússia dos Soviéticos, crise que levou ao descontentamento dum parte considerável dos camponeses e também dos operários». (Lénine, Obras).

Esta crise política teve repercussões no Partido, provocando flutuações não só entre os membros mais instáveis como também entre certos dirigentes. E estas flutuações manifestavam-se, antes de mais, na questão sobre o papel que os sindicatos deviam desempenhar na edificação da sociedade socialista.

Na V Conferência dos sindicatos da Rússia realizada em Novembro de 1920, o Partido salientou a necessidade de se abandonarem os métodos militares de trabalho nos sindicatos e de se passar a uma larga democracia: eleição dos organismos dirigentes em lugar das cooptações e nomeações; a realização de assembleias gerais regulares onde os dirigentes dessem conta da sua actividade, etc., etc.

Mas para impor esta orientação foi necessário vencer e derrotar as várias tendências que apareciam, especialmente a defendida por Trotski, que pretendia implantar nos sindicatos os métodos militares e as medidas de pressão administrativa que ele praticou quando foi presidente do sindicato dos transportes marítimos e terrestres. Trotski defendia que o único meio de tornar os sindicatos mais activos consistia em «secudir» os dirigentes, de base ao topo, pela via administrativa. Por isso Lênine dizia que a divergência com Trotski era uma divergência «quanto aos métodos a empregar para abordar as massas, para ganhar as massas, para se ligar com as massas». Para Lênine, as funções principais dos sindicatos na construção da economia socialista resumiam-se na sua participação nos organismos económicos e de planificação do Estado soviético; na luta para aumentar a produtividade do trabalho; para fornecer e promover administradores oriundos da classe operária e, de maneira geral, das massas laboriosas.

Assim, a actividade dos sindicatos devia expressar-se num largo desenvolvimento da democracia operária, na luta contra o burocratismo e os métodos de pressão administrativa, na educação dos seus membros e no desenvolvimento da sua actividade. Eles deviam preocupar-se com os interesses materiais e espirituais dos operários e constituir uma fonte de quadros para o Estado e o aparelho económico.

Após largas e intensas discussões a orientação defendida por Lênine e outros dirigentes (a plataforma dos dez) foi aprovada. Com a sua aprovação os sindicatos transformaram-se nos elos de ligação do Partido com as massas sem-partido. Através deles o Partido passou a educar as massas, fazendo-as participar cada vez mais intensamente na construção da sociedade socialista.

O papel e a intervenção dos sindicatos na vida do povo soviético são imensos. Inumerá-los todos seria impossível, dado o limitado espaço de que dispomos. Assim, salientemos apenas algumas das suas atribuições.

Antes de mais, eles lutam pelo fortalecimento do regime social e estatal socialista, cuja base é constituída pela aliança inquebrantável da classe operária e dos camponeses kolkosianos, a amizade indestrutível entre os povos da URSS e a unidade moral e política de toda a sociedade soviética; participam activamente nas



eleições dos organismos do Poder do Estado; procuram fortalecer o aparelho estatal e económico e melhorar o trabalho.

Actualmente a actividade diária dos sindicatos caracteriza-se por:

—organizar a emulação socialista entre os operários e empregados pela máxima elevação da produtividade do trabalho, pelo cumprimento e a superação dos planos do Estado, pelo ascenso contínuo de todos os ramos da indústria, dos transportes e da agricultura, pelo melhoramento da qualidade e pela redução do custo da produção, pelo aproveitamento absoluto de todas as reservas da economia socialista;

—participam no planeamento e na regulamentação dos salários dos operários e empregados, na elaboração dos sistemas de salários, guiando-se pelo princípio socialista de pagamento segundo a quantidade e a qualidade do trabalho, procuram introduzir normas progressivas de rendimento tecnicamente fundamentadas, e vigiam a aplicação correcta da contabilidade do trabalho;

—ajudam os operários empregados a elevar a sua qualificação profissional; difundem a experiência dos operários e empregados de vanguarda, dos inovadores da produção e procuram introduzir a técnica avançada e os progressos da ciência na indústria, na agricultura e noutros ramos da economia nacional;

—acordam contratos colectivos com a administração das empresas, das estações de máquinas e tractores e dos sovkoses, e com os organismos económicos, assegurando o seu cumprimento;

—realizam o controlo da protecção do trabalho e da técnica de segurança nas empresas e instituições; participam na solução das divergências nas questões de trabalho; acordam com a administração das empresas sobre a realização das medidas de segurança e a protecção do trabalho;

—dirigem os seguros sociais do Estado, estipulam e proporcionam subsídios aos operários e empregados em caso da perda temporária da capacidade de trabalho; procuram uma melhor organização da assistência médica aos trabalhadores e de protecção da saúde da mulher e da criança, criam sanatórios e casas de repouso;

—realizam o controlo social e tomam medidas para assegurar o cumprimento dos planos de

construção de casas e estabelecimentos culturais e de serviços, o bom funcionamento dos refeitórios e cantinas, dos serviços comunais e de transporte urbano; participam na distribuição das vivendas nos bairros das empresas, das instituições e centros de ensino;

—realizam o trabalho cultural e de educação política entre os operários, empregados e suas famílias; ajudam aos membros do sindicato a elevar o seu nível ideológico e político, assim como o da sua cultura geral, difundem os conhecimentos políticos e científicos, realizam uma ampla propaganda dos métodos técnicos de produção;

—criam clubes, casas e palácios de cultura, desenvolvem entre os operários e empregados a actividade artística de massas, a educação física, o desporto e o turismo;

—contribuem para uma ampla incorporação da mulher na produção, na vida social e na sua participação na vida do Estado, preocupam-se pelo melhoramento das condições de trabalho de vida das mulheres;

—intervêm em nome dos operários e empregados ante os organismos do Estado e sociais para as questões relacionadas com o trabalho, as condições de vida e a cultura.

Tais são as principais funções e tarefas que os sindicatos desempenham actualmente na grande União Soviética.

Privados de todas as liberdades, incluindo as sindicais, os trabalhadores comunistas portugueses, na passagem do 50º aniversário da Revolução de Outubro, olham com orgulho e gratidão para a grandiosa obra levada a cabo pelos sindicatos soviéticos, dirigidos pelo Partido Comunista, no decurso destes 50 anos.

Orgulho, porque essa obra foi realizada pelos trabalhadores; gratidão, porque ao longo dos 41 anos de regime fascista, foram imensas as provas de carinho, ajuda e apoio, que têm recebido dos sindicatos soviéticos.

Mas o orgulho e a gratidão manifestados pelos trabalhadores portugueses em geral e pelos comunistas em particular, bem como os desejos sinceros de saudar os trabalhadores soviéticos e o seu partido nesta data histórica, devem substanciar-se na firme determinação de lutar mais intensamente para cumprir as tarefas que hoje se colocam à classe operária e ao seu partido, o Partido Comunista, na luta pelo derrubamento da ditadura fascista e a instauração da democracia.